



ESTADO DE PERNAMBUCO  
PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete do Des. Jones Figueirêdo Alves

994  
99.

4ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DECLARATÓRIOS no AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 283095-9

EMBARGANTE: Liberty Seguros S/A

EMBARGADOS: Reginaldo Alves Ferreira e outro

RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

**EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. OMISSÃO. PEDIDO DE PRONUNCIAMENTO EXPRESSO. PREQUESTIONAMENTO. AUSENTES OS REQUISITOS DO ART. 535 DO CPC. REJEITADOS.**

1. Sob a alegação de que o acórdão embargado foi omissivo, o embargante busca a reforma do julgado e o pronunciamento expresso sobre dispositivos legais que indica.
2. Os embargos de declaração, nos termos do preceituado pelo art. 535 do C.P.C., destinam-se a suprir erro, omissão ou contradição do julgado. Hipótese não configurada no julgamento do agravo.
3. Devidamente enfrentada as questões relativas à ilegitimidade passiva ad causam da seguradora e interesse da União e Caixa Econômica Federal, além da competência da Justiça Estadual para julgar.
4. Não se configurou a prescrição anual do direito, a hipótese do art. 206, § 1º, II, b, do CC de 2002.
5. À unanimidade de votos, foram rejeitados os embargos declaratórios.

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos dos Embargos Declaratórios nº 283095-9, em que figuram como embargante, Liberty Seguros S/A e como embargados, Reginaldo Alves Ferreira e outro. ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia 4ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, rejeitar os embargos declaratórios, na conformidade do relatório e voto, que, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este aresto.

Recife, 06.06.2013

*Virgínia Gondim*

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues  
Relatora



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves*

1

995  
*[assinatura]*

**4ª CÂMARA CÍVEL**

**EMBARGOS DECLARATÓRIOS** no AGRADO DE INSTRUMENTO Nº 283095-9

EMBARGANTE: Liberty Seguros S/A

EMBARGADOS: Reginaldo Alves Ferreira e outro

RELATORA SUBSTITUTA: Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues

**RELATÓRIO:**

Cuida-se de Embargos Declaratórios interpostos por Liberty Seguros S/A contra o v. Acórdão lavrado em face de julgamento do Agravo de Instrumento nº 283095-9, com os objetivos de pré-questionar a matéria e atribuir ao julgado efeitos modificativo e infringenciais, sob alegação de supostas omissões e contradições deste órgão fracionário, quando do seu julgamento.

Nesse alcance, a embargante sustenta que após a edição da Lei nº 12.409/2011, a Caixa Econômica Federal passou a ter responsabilidade exclusiva sobre as apólices públicas (Ramo 66), com repercussão direta no FCVS, firmadas antes de 1988, e de consequência, flagrante o interesse da União.

Registra que a União destina recursos públicos relevantes ao FCVS para cobrir o déficit do SFH, por esse motivo, seu interesse no feito.

De conseguinte, não se atentou para o disposto no art. 47, do CPC; e, no mesmo viés, da competência da Justiça Federal para julgar apólices da públicas (Ramo 66).

Ademais, alega omissão no acórdão embargado, no tocante à ilegitimidade passiva da Liberty Seguros, pois não seria a seguradora responsável pela seguro habitacional do SFH, nesta região, portanto não existiria contrato para provar a relação, nos termos do art. 758, do CC.

Salienta que o direito dos agravados foram atingidos pela prescrição, com fulcro no art. 206, §1º, II, b, do CC.

Por fim, reitera o pleito de inépcia da petição inicial, pois não precisa na indicação dos fatos e fundamentos, consoante norma do art. 282, III, do CPC.

Requer, ao final, seja dado provimento aos embargos para sanar as omissões e contradições, préquestionando, desde já, as matérias vergastas, com a manifestação expressa sobre elas.

É o relatório.

**VOTO:**

Sabemos que somente se justifica o manejo dos embargos de declaração, nos contornos definidos no art. 535 do Código de Ritos, com o escopo de expungir ou afastar do

*[assinatura]*



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
*Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves*

996  
[assinatura]

provimento jurisdicional questionado, eventuais obscuridades, contradições ou ainda suprir omissão sobre ponto acerca do qual se impunha pronunciamento.

Nos embargos declaratórios, por outra face, não se pode pretender a completa modificação ou anulação ao julgado embargado, com a revisitação de toda a matéria objeto da apelação. Destina-se ele, tão somente, a prestar mero esclarecimento que venha deslindar ou corrigir equívocos.

Em verdade, a pretexto de omissão, contradição e obscuridade do acórdão, quer o embargante, isto sim, a sua modificação. O meio escolhido, por óbvio, é impróprio. A pretensão tem o cunho indisfarçável de substituir por outra a decisão colegiada já proferida, repisando uma a uma todas as alegações constantes na apelação. Os embargos declaratórios são apelos de integração, mas jamais de substituição.

Da leitura do Acórdão embargado brota a certeza de que não procedem as alegações deduzidas pela embargante, eis que, na espécie, não se acham configuradas quaisquer omissões que pudessem ser consideradas processualmente supríveis via declaratórios.

Muito ao revés, restou claro no referido acórdão, o entendimento desse colegiado acerca dos pontos indicados como omissos e contraditórios.

Tais silogismos encontram-se expressos no Acórdão e devidamente fundamentados no voto, não se afigurando qualquer omissão ou contradição. O Acórdão tem o seguinte teor:

**EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. SEGURO HABITACIONAL. 1. PRELIMINARES. A) ILEGITIMIDADE PASSIVA. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. REJEITADAS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. APLICABILIDADE DO CDC. HONORÁRIOS DO PERITO. MANUTENÇÃO. RECURSO IMPROVIDO.**

1. É o entendimento sedimentado na jurisprudência que é parte legítima a seguradora que obrigou-se à cobrir os riscos advindos do contrato, ao tempo do aparecimento dos vícios de construção. Preliminar rejeitada;

2. O Superior Tribunal de Justiça em recente julgamento proferido nos EDcl nos EDcl no REsp nº 1.091.393/SC, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, reconheceu que o interesse da Caixa Econômica Federal, como assistente simples, apto a deslocar a competência dos feitos relativos a seguro habitacional para a Justiça Federal, está sujeito a algumas condições, a saber: a existência de apólice pública; a prova de comprometimento do FCVS, com risco efetivo de exaurimento da reserva técnica do Fundo de Equalização de Sinistralidade da Apólice – FESA.

[assinatura]



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
Gabinete do Desembargador Jones Figueirêdo Alves

997  
RJ.

3. Os contratos de seguro trazidos à análise são do Ramo 66, portanto apólice pública. Todavia, não há nos autos comprovação de requerimento da CEF de ingressar nos autos, tampouco prova do comprometimento do FCVS. Competente, portanto, a Justiça Estadual para processar o feito.
4. Não havendo como se precisar a negativa da seguradora, não há falar em prescrição anual do direito, afastando-se a hipótese do art. 206, § 1º, II, b, do Código Civil de 2002. Prejudicial afastada.
5. É ponto pacífico na doutrina e na jurisprudência, a aplicação do Código de Defesa do Consumidor às atividades desempenhadas pelas seguradoras na prestação de serviços aos seus segurados, estando inseridas no conceito de fornecedores de serviços, nos termos art. 3º, §2º, da Lei 8.078/90
6. A fixação da verba honorária do perito deve observar, precipuamente, a complexidade do trabalho a ser desenvolvido, o tempo de execução, a natureza e o valor da causa, não podendo ser olvidado o princípio da moderação. O valor da verba honorária pericial arbitrada mostra-se razoável, não merecendo reparos.
7. Recurso improvido, à unanimidade.

Como se vê, da simples leitura do acórdão, todas as questões suscitadas nos presentes embargos de declaração foram suficientemente enfrentadas.

Ora, os embargos de declaração são cabíveis para aclarar possíveis omissões, dissipando contradições ou obscuridades, porventura existentes em quaisquer decisões.

Assim, mesmo que interpostos com a finalidade de prequestionamento, estes devem se submeter ao regime imposto pelo art. 535, do CPC. Sobre o tema, já decidiu o Superior Tribunal de Justiça, no RESP 673777 / SP, Ministra Laurita Vaz.

Conseqüentemente, não estando presentes os requisitos previstos no art. 535 do CPC, impõe-se a rejeição dos embargos em relação aos demais temas nele tratados.

Bem por isso, REJEITO os presentes embargos, por ausência de comprovação dos requisitos do art. 535 do CPC, mantendo o acórdão em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 06.06.2013  
*Virgínia Gondim*

Juíza Virgínia Gondim Dantas Rodrigues  
Relatora substituta